



Estado de Santa Catarina

Câmara de Vereadores de Joaçaba/SC

**PROCESSO DE LICITAÇÃO n.º 005/2024.
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO n.º 002/2024.**

A **CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC)**, representada neste ato por seu Presidente, Sr. VILMAR ZÍLIO, torna público para conhecimento dos interessados que, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Federal nº 10.024/2019, Instrução Normativa nº 08/2014 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como as condições constantes neste ato convocatório, realizará licitação na modalidade **PREGÃO, na forma ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, objetivando a **CONTRATAÇÃO** de serviços continuados de limpeza, conservação e higienização, no período vespertino, de segunda à sexta, com a disponibilização de pessoal (duas profissionais com carga horária de 6 horas diárias cada), e com fornecimento de materiais e equipamentos de limpeza.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado Pregoeiro, mediante inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente no seguinte endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 13h50min do dia 29 de abril de 2024.

ABERTURA DA SESSÃO: às 14h do dia 29 de abril de 2024, no endereço eletrônico informado acima.

Importante destacar que todas as referências de tempo observam o horário de Brasília.

1. DO OBJETO E DA FORMA DE EXECUÇÃO:

1.1. DO OBJETO:

A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO** de serviços continuados de limpeza, conservação e higienização, no período vespertino, de segunda à sexta, com a disponibilização de pessoal (duas profissionais com carga horária de 6 horas diárias cada), e com fornecimento de materiais e equipamentos de limpeza.

1.2. DA FORMA DE EXECUÇÃO:

1.2.1 A proponente vencedora deverá executar os serviços obedecendo rigorosamente as especificações constantes neste Edital e seus anexos, com estrita obediência à Descrição dos Serviços a serem Executados prevista no Anexo I deste Edital.

1.2.2 Para o início dos serviços, a proponente vencedora deverá disponibilizar carta de apresentação do responsável pela execução dos serviços, o qual responderá também perante a Câmara de Vereadores por todos os atos e comunicações formais, contendo 02 (dois) números de telefone e 01 (um) e-mail para contato.

1.2.3 A proponente vencedora deverá indicar um supervisor ou administrador mantido em uma base de apoio localizada no Município de Joaçaba - SC, que deverá organizar e distribuir os profissionais nos postos de trabalho, atendendo o que for requerido pela Contratante e responder pela proponente vencedora junto a fiscalização da Câmara de Vereadores, devendo ser apresentado em até 15 (quinze) dias úteis do ato da assinatura do contrato o endereço e os dados de contato do supervisor.

1.2.4 Na execução dos serviços deverão ser observadas, de modo geral, as especificações das normas técnicas e legais vigentes e aquelas complementares e pertinentes aos serviços ora licitados, bem como as instruções, recomendações e determinações da fiscalização dos órgãos de controle e demais aplicáveis à espécie.

1.2.5 Para o início dos serviços e sempre que solicitado, a proponente vencedora deverá apresentar para o fiscal do contrato, os seguintes documentos:

1.2.5.1 Exame de saúde física dos funcionários que serão designados para executar os serviços;

1.2.5.2 Comprovante de recolhimento de contribuição sindical do exercício atual (GRCS);

1.2.5.3 Cópia da convenção coletiva de trabalho da categoria, registrada no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) fornecida pelo sindicato laboral e/ou patronal, que comprova os benefícios e concessões estabelecidas pelas partes.

1.2.6 A proponente vencedora deverá cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos



serviços contratados, especialmente a legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, de segurança e medicina do trabalho.

1.2.6.1 Os salários designados para a execução dos serviços deverão, no mínimo, expressar o piso salarial e os benefícios da respectiva categoria, firmado em convenção coletiva.

1.2.7 Os serviços deverão ser exercidos por empregados legalmente registrados pela proponente vencedora, a qual deverá garantir a adequada e plena execução de todas as atividades de forma permanente, conforme as necessidades da Câmara de Vereadores.

1.2.7.1 Os empregados devem ser educados, apresentar-se corretamente vestidos (uniformizados e com crachá de identificação), equipados com todos os EPIs necessários, ter iniciativa, atender com presteza as solicitações e ser responsáveis para com as atividades que executam.

1.2.7.1.1 Os uniformes deverão ser determinados pela proponente vencedora, sendo que não serão aceitas as seguintes peças de vestuário: sandálias, chinelos, bermudas, bonés e chapéus, salvo se fizerem parte do uniforme definido para todos os prestadores de serviços que exerçam a mesma função.

1.2.7.2 A Câmara de Vereadores solicitará que seja afastado imediatamente do posto de serviço o profissional que não se portar convenientemente ou que não atender a execução dos serviços.

1.2.8 O controle de frequência dos profissionais deverá ser definido pela proponente vencedora, sendo de sua responsabilidade o seu acompanhamento.

1.2.9 Os funcionários da proponente vencedora não poderão exercer outro tipo de atividade remunerada, de forma autônoma, terceirizada ou de qualquer outra natureza no mesmo local de trabalho do objeto desta licitação.

1.2.10 A proponente vencedora será responsabilizada por todo e qualquer dano que, por dolo ou culpa, os seus profissionais causarem à Administração ou a terceiros, sendo descontado no primeiro pagamento subsequente à ocorrência, o valor correspondente ao dano ou prejuízo causado.

1.2.11 A proponente vencedora deverá possuir Atestados de Saúde Ocupacional individuais, devendo apresentá-los sempre que solicitado.

1.2.12 O responsável pela execução dos serviços, deverá realizar visitas aos postos de trabalho.

1.2.13 Deverá ser apresentado relatório mensal, juntamente com a nota fiscal, ao responsável pela fiscalização do contrato.

1.2.13.1 A proponente vencedora poderá fazer controle de frequência de acordo com a legislação, porém não exclui as responsabilidades da contratada.

1.2.13.2 A jornada de trabalho poderá ser estendida sempre que a necessidade do serviço o exigir.

1.2.14 A proponente vencedora ficará responsável por substituir os funcionários sempre que estes venham faltar ou pegar férias e afins, sem prejuízo para a contratante. Caso a empresa não o faça, serão descontados no pagamento do próximo mês os valores correspondentes às faltas, bem como o funcionário ficará responsável por negociar diretamente com o supervisor qualquer falta, atraso ou situação pertinente ao seu horário de trabalho.

1.2.15 A proponente vencedora deverá providenciar treinamentos aos funcionários sempre que necessário para que os mesmos executem suas tarefas de forma satisfatória.

1.2.16 A proponente vencedora poderá agendar visita aos locais do objeto, estando cientes de todas as condições de trabalho.

1.2.17 Por ocasião do recebimento do serviço, a Câmara de Vereadores de Joaçaba, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder às validações das funcionalidades especificadas neste Edital e de rejeitá-las, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se a proponente vencedora a promover a devida regularização, observando-se os prazos contratuais.

1.2.18 O aceite do serviço não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos serviços, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente.

1.2.19 Caso os serviços sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.2.20 A capacidade técnica da contratada será verificada nos termos do artigo 67, da Lei nº 14.133/2021.

1.2.21 Mensalmente, para o fechamento da nota Fiscal, será enviado: relatório do ponto, documentos dos colaboradores que prestam serviços nos postos e documentos também dos colaboradores que fizeram substituição quando necessário.

2. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO:

2.1 Poderão participar da presente licitação empresas do ramo de atividade pertinente ao objeto deste Edital,



regularmente estabelecidas no País, desde que atendam às exigências, inclusive quanto à documentação constante deste Edital e seus Anexos e estejam devidamente cadastradas junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.

2.2 Não poderão participar desta licitação os interessados:

2.2.1 Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

2.2.2 Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.2.3 Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.4 Que se enquadrem nas vedações previstas nos Arts. 9º e 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021;

2.2.5 Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

2.2.6 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão n.º 746/2014-TCU-Plenário).

2.3 A pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as regras do Art. 15 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

2.4 A participação na presente licitação implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes neste Edital e seus Anexos, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e documentos apresentados em qualquer fase do processo.

2.5 Os participantes deverão assumir inteira responsabilidade pela inexistência de fatos que possam impedir sua participação e/ou habilitação na presente licitação, pela autenticidade de todos os documentos que forem apresentados, bem como pela veracidade das informações e declarações prestadas.

2.6 Da participação das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais:

2.6.1 As microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais deverão observar o disposto nos subitens seguintes:

2.6.1.1 As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão declarar, sob as penas da Lei, que se enquadram nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, **clicando no campo próprio previsto na tela de envio das propostas.**

2.6.1.2 A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte deverá ser comprovada, mediante apresentação da Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede do licitante onde conste o seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa. As sociedades simples, que não registram seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas atestando seu enquadramento nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006.

2.6.1.3 A condição de Microempreendedor Individual deverá ser comprovada mediante apresentação do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual.

2.6.1.4 A Certidão ou Certificado deverão ter a emissão dentro do exercício fiscal vigente na data marcada para a abertura da presente Licitação.

2.6.1.5 Todo benefício previsto na Lei Complementar n.º 123/2006 aplicável à microempresa estende-se ao MEI, conforme determina o § 2º do art. 18-E.

2.6.1.6 Também deverá ser observado o disposto no art. 4º da Lei n.º 14.133/2021.

3. DO CREDENCIAMENTO:

3.1 Os interessados em participar deste Pregão deverão credenciar-se, previamente, perante o sistema eletrônico provido pelo Portal de Compras Públicas, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.

3.2 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível para acesso ao sistema eletrônico, onde também deverão se informar a respeito do seu funcionamento e regulamento, obtendo instruções detalhadas para sua correta utilização.

3.2.1 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

3.2.2 O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Câmara de Vereadores de Joaçaba, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.2.3 O credenciamento junto ao Portal de Compras Públicas implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.



3.2.4 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

4.1 Os licitantes encaminharão exclusivamente por meio do sistema eletrônico a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio de propostas.

4.1.1 De acordo com o art. 63, inciso II c/c com o art. 17, § 1º da Lei n.º 14.133/2021, por não se tratar de inversão de fases, será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor na fase de habilitação, os quais deverão ser enviados no prazo de 02 (duas) horas, contadas do envio de mensagem do(a) pregoeiro(a) via sistema.

4.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.3 O licitante, ao enviar sua proposta, deverá preencher, em campo próprio do sistema eletrônico, as seguintes declarações *on-line*, fornecidas pelo sistema de Pregão Eletrônico:

4.3.1 Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no Edital e seus anexos, que estou ciente de todos os requisitos de habilitação e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.3.2 Sob pena de desclassificação, declaro que minhas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

4.3.3 Declaro para fins do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 20/98, que não emprego menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos;

4.3.4 Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do Art. 1º e no inciso III do Art. 5º da Constituição Federal;

4.3.5 Declaro que, conforme disposto no art. 93 da Lei n.º 8.213, de 24 de julho de 1991, estou ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação.

4.3.6 Declaro sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

4.4 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

4.5 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do Art. 43, § 1º da Lei Federal Complementar n.º 123/2006.

4.6 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.7 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

4.8 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

4.9 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) Pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

5.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 Valor unitário e total para cada item ou lote de itens (conforme o caso), em moeda corrente nacional;

5.1.2 Marca de cada item ofertado (**para não identificar a empresa pode-se utilizar o termo “PRÓPRIO”**);

5.1.3 Fabricante de cada item ofertado (**para não identificar a empresa pode-se utilizar o termo “PRÓPRIO”**);



5.1.4 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

5.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante.

5.3 No preço cotado já deverão estar incluídos os custos de eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, encargos sociais, taxas, seguros, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, diárias, hospedagem, alimentação, fretes e quaisquer outros que incidam sobre a contratação ou decorrentes da mesma.

5.4 Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os materiais ser fornecidos sem ônus adicionais.

5.5 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.6 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.7 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.8 Vícios, erros e/ou omissões, que não impliquem em prejuízo para a Câmara de Vereadores, poderão ser desconsiderados pela Comissão de Licitações, cabendo a esta agir em conformidade com os princípios que regem a Administração Pública.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 O(A) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Edital e anexos, conforme Art. 59 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

6.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

6.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5.1 O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste edital.

6.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será definido pelo(a) Pregoeiro(a).

6.9 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 03 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

6.10 Será adotado para o envio de lances no Pregão Eletrônico o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.12 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e



ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

6.14 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o(a) Pregoeiro(a), justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6.15 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo(a) Pregoeiro(a).

6.16 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

6.17 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.18 No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.19 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do(a) Pregoeiro(a) aos participantes do certame, publicada no Portal de Compras Públicas, www.portaldecompraspublicas.com.br, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura, e será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.20 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.21 O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos Arts. 44 e 45 da Lei Federal Complementar n.º 123/2006, regulamentada pelo Decreto Federal n.º 8.538/2015.

6.22 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.23 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.24 Caso a Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.25 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.26 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

6.27 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.28 Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

6.28.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.28.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

6.28.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.28.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.29 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.29.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;



6.29.2 empresas brasileiras;

6.29.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.29.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei n.º 12.187/2009.

6.30 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.30.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.30.2 O(A) Pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.31 Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA:

7.1 Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.2 Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável; que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com as exigências do ato convocatório.

7.3 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

7.3.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.

7.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.5 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.6 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

7.7 O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo a ser estipulado, sob pena de não aceitação da proposta.

7.7.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo(a) Pregoeiro(a) por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo(a) Pregoeiro(a).

7.7.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

7.8 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.9 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

7.10 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.10.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.10.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.11 Nos itens não exclusivos para a participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos Arts. 44 e 45 da Lei Federal Complementar n.º 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7.12 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante,



observado o disposto neste Edital.

8. DA HABILITAÇÃO:

8.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o(a) Pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos documentos inseridos no portal de compras públicas, e ainda nos seguintes cadastros:

8.1.1 Possuir Cadastro do Portal de Compras Públicas.

8.1.2 Consulta de Sanções no Portal da Transparência da Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta).

8.1.3 Consulta no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIA, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

8.1.4 Consulta na Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3).

8.1.5 As consultas a que se referem os itens 8.1.2, 8.1.3 e 8.1.4 poderão ser feitas através do portal de Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, mantido pelo Tribunal de Contas da União (certidoes-apf.apps.tcu.gov.br).

8.1.6 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei Federal n.º 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.1.6.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.1.6.2 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.1.6.3 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

8.1.7 Constatada a existência de sanção, o(a) Pregoeiro(a) reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.1.8 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos Arts. 44 e 45 da Lei Federal Complementar n.º 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.2 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do Portal de Compras Públicas, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

8.2.1 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do Portal de Compras Públicas para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

8.2.2 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo(a) Pregoeiro(a) lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

8.3 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo a ser estipulado, sob pena de inabilitação.

8.4 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.5 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.6 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.6.1 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.7 Os licitantes deverão encaminhar, através do sistema, nos termos deste Edital, a documentação relacionada



nos itens a seguir, para fins de habilitação:

8.7.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

8.7.1.1 No caso de Empresário Individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.7.1.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio (www.portaldoempreendedor.gov.br);

8.7.1.3 No caso de Sociedade Empresária ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.7.1.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

8.7.1.5 No caso de Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.7.1.6 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

8.7.1.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.7.2 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

8.7.2.1 CNPJ – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso, **pertinente e compatível com o objeto desta licitação.**

8.7.2.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente à atividade empresarial objeto desta licitação. (art. 68 II).

8.7.2.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

8.7.2.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452/1943.

8.7.2.5 Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada.

8.7.2.6 Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada.

8.7.2.7 Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

8.7.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

8.7.3.1 Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei Federal n.º 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

8.7.3.1.1 Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do Art. 58, da Lei n.º 11.101/2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

8.7.3.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

8.7.3.2.1. A comprovação da boa situação financeira da licitante será verificada para assegurar o integral cumprimento do contrato, através dos índices ILG (Índice de Liquidez Geral), ILC (Índice de Liquidez Corrente) e ISG (Índice de Solvência Geral), usualmente praticados no mercado, os quais deverão ser calculados e apresentados pela licitante, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

8.7.3.2.1.1. Somente serão habilitadas as empresas que obtiverem os Índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, igual ou maior que um 1,0 (um).

8.7.3.2.1.2. Os índices deverão ser calculados com duas casas decimais, arredondando-se o valor para o décimo superior mais próximo, quando a terceira casa, esteja compreendida entre 05 (cinco) e 09 (nove) e, para o décimo inferior, quando esta for inferior a 05 (cinco), devendo estar assinado pelo contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC) e pelo



representante legal da empresa.

8.7.3.2.1.3. Quando a empresa licitante for constituída por prazo inferior a um ano, o balanço anual será substituído pelo balanço de abertura e demonstrações contábeis relativas ao período de seu funcionamento.

8.7.3.2.1.4. Para a licitante que utiliza a escrituração contábil digital, poderá ser apresentada cópia do Balanço Patrimonial do último exercício social exigido, acompanhado dos termos de abertura e encerramento (relatório gerado pelo SPED), recibo de entrega digital na Receita Federal e termo de autenticação da Junta Comercial.

8.7.3.2.1.5. As licitantes constituídas na forma de Sociedade Anônima deverão apresentar cópia do Balanço Patrimonial do último exercício social em um dos seguintes formatos: Publicação no Diário Oficial; Publicação em Jornal de Grande Circulação; ou Certidão ou fotocópia autenticada pela Junta Comercial da sede ou domicílio da empresa.

8.7.3.2.1.6. As licitantes recém constituídas (ou seja, estando ainda no primeiro exercício) deverão apresentar, em substituição ao Balanço Patrimonial, cópia do Balanço de Abertura.

8.7.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

8.7.4.1. Apresentação de Atestado de Capacidade Técnica (declaração ou certidão) emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado, assinado por seu representante legal, de que a empresa desempenhou atividades pertinentes e compatíveis ao objeto desta licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser inferior a 02 (dois) anos, que tem por objetivo comprovar a execução por parte da empresa, informando o teor da contratação e os dados da empresa de forma clara.

8.7.5 OUTRAS COMPROVAÇÕES E DECLARAÇÕES:

8.7.5.1 Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede da licitante onde conste o seu enquadramento como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) visando ao exercício dos direitos previstos nos Arts. 42 a 45 da Lei Federal Complementar n.º 123/2006, alterada pela Lei Federal Complementar n.º 147/2014, quando for o caso.

8.7.5.1.1. A Certidão ou o Certificado deverão estar **atualizados**, ou seja, emitidos a menos de **120 (cento e vinte) dias** da data marcada para a abertura da presente Licitação.

8.7.5.2 Declaração informando todos os dados (nome, cargo, CPF, endereço comercial completo, telefones, e e-mails institucional) de quem será responsável pela assinatura do Contrato. Caso não for o proprietário, deverá encaminhar procuração registrada outorgando-lhe esses poderes.

8.7.5.3 Declaração elaborada pela própria licitante declarando que tomou conhecimento de todas as condições de execução dos serviços licitados.

8.7.6 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte seja declarada vencedora, contanto que atenda a todas as demais exigências do edital.

8.7.6.1 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato/ata de registro, porém, será obrigatória durante a fase de habilitação e apresentação dos documentos indicados neste subitem, ainda que veiculem restrições impeditivas à referida comprovação.

8.7.6.2 Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação da homologação do certame, prorrogáveis por igual período, a critério desta Câmara de Vereadores, para a regularização da documentação com emissão de certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

8.7.6.3 A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem acima implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais, sendo facultado à Câmara de Vereadores convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato/ata de registro, ou revogar a licitação.

8.7.7 No caso de apresentação de certidões das quais não conste o prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da emissão dos mesmos.

8.7.8 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.7.9 Após a entrega dos documentos para habilitação, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação para (Lei n.º 14.133/2021, art. 64):

8.7.9.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.7.9.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;



8.7.10 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação

8.7.11 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

9. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES:

9.1 Após a análise e habilitação dos documentos da proponente provisoriamente declarada vencedora, o Pregoeiro solicitará o envio da planilha de Custos e Formação de Preços, conforme Convenção Coletiva vigente da classe, no prazo de 01 (um) dia útil, com duas casas decimais e com detalhamento de todos os elementos que influíram nos valores propostos para a contratação devidamente discriminados.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:

10.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo a ser estipulado pelo(a) Pregoeiro(a), a contar da solicitação do mesmo no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1 Seguir o modelo do Anexo II;

10.1.2 Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

10.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do Contrato e aplicação de eventual sanção, se for o caso.

10.2.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a licitante.

10.3 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global lote em algarismos e por extenso.

10.3.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global ou lote, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS:

11.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, se for o caso, será concedido o prazo de, no mínimo, trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro(a) verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1 Nesse momento o(a) Pregoeiro(a) não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **03 (três) dias úteis** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros **03 (três) dias úteis**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.



12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

12.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o Contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do Art. 43, §1º da Lei Federal Complementar n.º 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no Cadastro do Portal de Compras Públicas, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

13.1 Julgados os recursos, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará e homologará o procedimento licitatório.

14. DO TERMO DE CONTRATO:

14.1 O Contrato será firmado entre a Câmara de Vereadores de Joaçaba e o vencedor da licitação, na qual consignarão os direitos e obrigações das partes, conforme minuta presente neste instrumento.

14.2 A empresa vencedora será convocada para assinar o Contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, após a homologação.

14.3 O prazo de **vigência do Contrato** será de **12 (doze) meses**, contados da sua assinatura, podendo ser prorrogado pelo prazo legal, a critério da Câmara de Vereadores.

14.4 A recusa injustificada da empresa vencedora em assinar o Contrato caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

14.5 Após o interregno de 01 (um) ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação do Índice de Preços do Consumidor – INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

14.6 A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto na alínea "d", do inciso II, do Art. 124 da Lei Federal n.º 14.133/2021, será obtida mediante a solicitação da empresa vencedora à Câmara de Vereadores de Joaçaba, através de protocolo acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que eventuais alterações deferidas serão aplicadas a partir do primeiro dia útil do mês posterior ao pedido.

15. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO:

15.1 Nos termos do Art. 117 da Lei Federal n.º 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

15.1.1 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Câmara de Vereadores de Joaçaba ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o Art. 119 e 120 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

15.1.2 O representante da Câmara de Vereadores de Joaçaba anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

15.2 O Fiscal e Gestor de contratos contarão com o apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto na Lei Federal n.º 14.133/2021, sempre que entender necessário.

15.2.1 O apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno restringir-se-á às questões formais em que pairar dúvida fundamentada do Fiscal ou Gestor de contratos.



15.2.2 Constatada alguma irregularidade no serviço executado, a Câmara de Vereadores de Joaçaba poderá rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE VENCEDORA E DO CONTRATANTE:

16.1 DAS OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE VENCEDORA:

- 16.1.1** Cumprir todas as obrigações constantes neste Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 16.1.2** Efetuar a execução do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;
- 16.1.3** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/1990);
- 16.1.4** Responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes do fornecimento do objeto;
- 16.1.5** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;
- 16.1.6** Executar os serviços buscando o fiel cumprimento das cláusulas contratuais e deste Edital;
- 16.1.7** Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 16.1.8** Indicar preposto com poderes para representá-la formal, administrativa e operacionalmente durante a execução do Contrato;
- 16.1.8.1** O preposto da Proponente Vencedora deverá fornecer telefone, endereço e e-mail para o fiscal do Contrato.
- 16.1.9** Implantar programa de integridade, no prazo de 06 (seis) meses, em caso de licitação de grande vulto, nos termos do Art. 25, §4º da Lei Federal n.º 14.133/2021;
- 16.1.10** Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento resultantes da execução dos serviços;
- 16.1.11** Facilitar todas as atividades de fiscalização durante toda execução do contrato;
- 16.1.12** Manter todos os empregados colocados a serviço na execução do objeto devidamente uniformizados e munidos dos EPI's adequados, com a identificação da Proponente Vencedora;
- 16.1.13** Obedecer ao objeto e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade;
- 16.1.14** Exigir da Câmara de Vereadores de Joaçaba a Solicitação e a respectiva Nota de Empenho de Despesa para a efetiva execução dos serviços;
- 16.1.15** Prover toda a mão de obra necessária para garantir a operação dos serviços, nos regimes contratados, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente;
- 16.1.16** Efetuar a reposição da mão de obra, em caráter imediato, em eventual ausência ou impedimento;
- 16.1.17** Responsabilizar-se pela alimentação e transporte dos funcionários que executarão os serviços;
- 16.1.18** Cumprir as Normas Internas de Segurança e Medicina do Trabalho;
- 16.1.19** Fazer com que os profissionais contratados se apresentem com pontualidade para executar os serviços;
- 16.1.20** Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que prestarão os serviços, encaminhando funcionários com boa conduta e demais referências positivas, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;
- 16.1.21** Manter disciplina nos locais dos serviços, retirando no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após notificado pela Câmara de Vereadores de Joaçaba, qualquer empregado cujos serviços sejam considerados insatisfatórios ou cuja conduta seja julgada inconveniente;
- 16.1.22** Implantar de forma adequada a execução permanente dos serviços com o objetivo de obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem todas as dependências objeto dos serviços;
- 16.1.23** Nomear encarregados responsáveis, com a missão de garantir o bom andamento dos serviços, fiscalizando e ministrando a orientação necessária aos executantes dos mesmos. Estes encarregados terão a obrigação de reportarem-se, quando houver necessidade, ao responsável pelo acompanhamento dos serviços da Câmara de Vereadores de Joaçaba e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas;
- 16.1.24** Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte se seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela Câmara de Vereadores de Joaçaba;



- 16.1.25** Assumir todas as responsabilidades e tomar medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados;
- 16.1.26** Registrar e controlar, juntamente com servidor designado pela Câmara de Vereadores de Joaçaba, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas;
- 16.1.27** Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigências legais;
- 16.1.28** Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, em especial, despesas de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como, emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, incluída a alimentação, transporte ou outro benefício dos profissionais, pertinentes à execução do objeto do Contrato;
- 16.1.29** Responsabilizar-se pelo treinamento e capacitação dos profissionais necessários à perfeita execução dos serviços, sem quaisquer ônus adicionais à Câmara de Vereadores de Joaçaba, devendo ser disponibilizados profissionais habilitados e com experiência;
- 16.1.30** Providenciar a imediata substituição de qualquer profissional, sempre que houver afastamento do serviço;
- 16.1.31** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Contrato;
- 16.1.32** Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos causados à Câmara de Vereadores de Joaçaba, devidamente caracterizada a imperícia ou culpa de seus profissionais, cujos valores serão descontados da fatura seguinte da contratada, sem prejuízo das demais sanções e procedimentos;
- 16.1.33** Responsabilizar-se por quaisquer atos ou ações praticadas por seus empregados, prepostos ou contratados que resultarem em qualquer espécie de dano ou prejuízo para a Câmara de Vereadores de Joaçaba ou para terceiros;
- 16.1.34** Comunicar à Câmara de Vereadores de Joaçaba, por escrito, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificados durante a execução do contrato;
- 16.1.35** Dar ciência por escrito ao fiscal do contrato sobre qualquer anormalidade verificada na execução do serviço.

16.2 DAS OBRIGAÇÕES DA CÂMARA DE VEREADORES:

- 16.2.1** Receber os serviços no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
- 16.2.2** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- 16.2.3** Comunicar à proponente vencedora, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- 16.2.4** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da proponente vencedora, através de comissão/servidor especialmente designado.
- 16.2.5** Efetuar o pagamento à proponente vencedora no valor correspondente a execução dos serviços, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do Art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 16.2.6** A Câmara de Vereadores não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela proponente vencedora com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto licitado, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da proponente vencedora, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 16.2.7** Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as exigências deste Edital e seus Anexos.
- 16.2.8** Observar para que durante a execução do contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela proponente vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 16.2.9** Emitir a Solicitação e a respectiva Nota de Empenho de Despesa à proponente vencedora, para que a mesma proceda a execução dos serviços.
- 16.2.10** Fiscalizar o controle de frequência dos profissionais da proponente vencedora que prestam serviços.
- 16.2.11** Assegurar de que os profissionais utilizados para a prestação de serviços estejam regularmente contratados pela proponente vencedora, examinando o registro na carteira de trabalho.

17. DOS RECURSOS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

- 17.1** Os recursos orçamentários para a presente licitação correrão por conta da dotação abaixo especificada, no valor total de R\$ 138.198,60 (cento e trinta e oito mil, cento e noventa e oito reais e sessenta centavos),



cujas fontes serão as seguintes:

ÓRGÃO: 01.001 – CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

2.001 – MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO

01.001.01.031.0001.2001.3.3.90.00.00 / 1.500.0000.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos

18. DA FORMA DE PAGAMENTO:

18.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da entrega do objeto, importando os valores conforme a proposta apresentada, por item e quantidade efetivamente executada, pelo Departamento de Contabilidade e Finanças Câmara de Vereadores de Joaçaba.

18.1.1 O pagamento só poderá ser efetuado após a apresentação de Nota Fiscal/Fatura atestada por servidor designado.

18.1.2 O pagamento será efetuado por meio de transferência bancária, cujos dados (banco, agência, n.º da conta), deverão ser informados pela proponente na Nota Fiscal.

18.1.2.1 Caso não seja mencionado na Nota Fiscal os dados bancários da empresa, o pagamento será por meio de boleto bancário.

18.1.3 O pagamento somente poderá ser efetuado após comprovação do recolhimento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última competência vencida, compatível com o efetivo declarado, na forma do § 4º, do art. 31, da Lei n.º 9.032/1995.

18.2 A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOAÇABA, CNPJ n.º 78.491.230/0001-98, com sede na Rua Tiradentes, n.º 872, Centro, Joaçaba – SC.

18.2.1 A Nota Fiscal deverá ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

18.2.2 O proponente vencedor deverá mencionar na nota fiscal os dados bancários da empresa, uma vez que o pagamento será efetuado através de crédito bancário, bem como o número do empenho e do processo licitatório.

18.2.3 A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando a Câmara de Vereadores do ressarcimento de qualquer prejuízo para a proponente vencedora.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

19.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:

19.1.1 Der causa à inexecução parcial do contrato ou instrumento equivalente;

19.1.2 Der causa à inexecução parcial do contrato ou instrumento equivalente que cause grave dano à Administração Pública, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

19.1.3 Der causa à inexecução total do contrato ou instrumento equivalente;

19.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

19.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

19.1.6 Não celebrar a Ata, contrato ou instrumento equivalente ou não entregar a documentação exigida para a celebração, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

19.1.7 Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

19.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

19.1.9 Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato ou instrumento equivalente;

19.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

19.1.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

19.1.12 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013.

19.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

19.2.1 ADVERTÊNCIA: quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei n.º 14.133/2021).

19.2.2 MULTA: na ocorrência de atraso injustificado para assinatura do Contrato, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

- a)** 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato por dia de mora na assinatura deste ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão



unilateral da avença;

- b) Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato no caso de inexecução parcial do contrato;
- c) 30% (trinta por cento) do valor do contrato no caso de inexecução total do contrato.

19.2.1.1 Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

- a) Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pela Contratada da ordem de serviços.
- b) Todos os serviços executados não forem aceitos pela Câmara de Vereadores por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

19.2.1.2 O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à proponente Contratada:

- a) Se o valor a ser pago à proponente Contratada não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica está obrigada a recolher a importância devida no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da comunicação oficial.
- b) Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela proponente Contratada à Câmara de Vereadores, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

19.2.2 IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “19.1.2”, “19.1.3” e “19.1.4” do subitem 19.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021).

19.2.3 DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “19.1.8”, “19.1.9”, “19.1.10” e “19.1.11” do subitem 19.1, bem como nas alíneas “19.1.2”, “19.1.3” e “19.1.4”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021).

19.3 A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º, da Lei n.º 14.133/2021).

19.4 Todas as sanções previstas neste Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei n.º 14.133/2021).

19.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei n.º 14.133/2021).

19.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei n.º 14.133/2021).

19.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

19.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei n.º 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei n.º 14.133/2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n.º 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n.º 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

19.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei n.º 14.133/2021).

19.9 A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas



Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei n.º 14.133/2021).

19.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei n.º 14.133/2021.

19.11 Os débitos do Contratado para com a Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

20. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

20.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.

20.2 A impugnação e/ou pedido de esclarecimento deverá ser realizada exclusivamente por forma eletrônica no sistema www.portaldecompraspublicas.com.br.

20.3 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no Portal de Compras Públicas no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

20.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

20.5 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao Art. 55, § 1º, da Lei n.º 14.133/2021.

20.5.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a)Pregoeiro(a), nos autos do processo de licitação.

20.6 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Câmara de Vereadores.

20.7 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral,serão cadastradas no sistema www.portaldecompraspublicas.com.br sendo de responsabilidade dos licitantes o seu acompanhamento.

20.8 A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

21.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Pregoeiro(a).

21.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

21.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

21.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração Pública, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração Pública não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente da Câmara de Vereadores.

21.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observando os princípios da isonomia e do interesse público.

21.10 O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

21.10.1 A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas



Estado de Santa Catarina

Câmara de Vereadores de Joaçaba/SC

implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

21.11 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

21.12 A Câmara de Vereadores de Joaçaba poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

21.12.1 A anulação do Pregão induz à extinção do contrato.

21.12.2 A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

21.13 É facultado à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

21.14 Para os casos omissos do presente Edital aplicar-se-á o disposto na Lei n.º 14.133/2021 e Lei Complementar n.º 123/2006.

21.15 O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos: www.portaldecompraspublicas.com.br e <https://www.cmj.sc.gov.br/>, e também poderão ser lidos e/ou obtidos na Câmara de Vereadores de Joaçaba, situada na Rua Tiradentes, n.º 872, Centro, em dias úteis, no horário das 13h00 às 19h00, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados, ou pelo telefone (49) 3527-2900.

21.16 O Foro competente para dirimir quaisquer dúvidas surgidas em decorrência desta licitação é o da Comarca de Joaçaba - SC, excluído qualquer outro por mais privilegiado que seja.

21.17 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

21.17.1 Anexo I – Estimativa de Preços e Descrição dos Serviços a serem executados;

21.17.2 Anexo II – Modelo de Proposta de Preços;

21.17.3 Anexo III - Modelo de Cadastro do Responsável pela Assinatura do Contrato;

21.17.4 Anexo IV – Minuta do Contrato.

Joaçaba, xx de abril de 2024.

VILMAR ZÍLIO

Presidente da Câmara de Vereadores de Joaçaba



PROCESSO DE LICITAÇÃO n.º 005/2024.
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO n.º 002/2024.

ANEXO I

ESTIMATIVA DE PREÇO E DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

1. ESTIMATIVA DE PREÇO:

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO (R\$)	VALOR TOTAL MÁXIMO (R\$)
1	12	Mês	Serviços continuados de limpeza, conservação e higienização, no período vespertino, de segunda à sexta, com a disponibilização de pessoal (duas profissionais com carga horária de 6 horas diárias cada), e com fornecimento de materiais e equipamentos de limpeza.	11.516,55	138.198,60

2. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

2.1 ÁREAS INTERNAS

FREQUÊNCIA: DIARIAMENTE, UMA VEZ, QUANDO NÃO EXPLICITADO:

- 2.1.1 recolher e lavar os utensílios de copa e cozinha, tais como garrafas térmicas, louças, talheres e demais vasilhames utilizados;
- 2.1.2 remover com pano úmido, o pó das mesas, armários, arquivos, prateleiras, persianas, peitoris, caixilhos das janelas, bem como dos demais móveis existentes, inclusive aparelhos elétricos, extintores de incêndio, elevador, etc.;
- 2.1.3 remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza e aspirando o pó;
- 2.1.4 varrer, remover manchas dos pisos laminados;
- 2.1.5 varrer e passar pano úmido nos pisos cerâmicos, porcelanatos e no piso do elevador;
- 2.1.6 varrer os pisos da garagem;
- 2.1.7 limpar com saneantes domissanitários os pisos dos sanitários, copas e outras áreas molhadas;
- 2.1.8 abastecer os sanitários com papel toalha, papel higiênico, sabonete líquido e desodorizador de ambiente, sempre que necessário;
- 2.1.9 retirar o pó dos telefones, utilizando os produtos adequados;
- 2.1.10 passar pano úmido com álcool nos tampos das mesas e assentos;
- 2.1.11 retirar o lixo, acondicionando-o em sacos plásticos e removendo-o para o local indicado pela CONTRATANTE;
- 2.1.12 proceder à coleta seletiva do papel e demais materiais para reciclagem;
- 2.1.13 suprir o(s) bebedouro(s) com garrações de água mineral, adquiridos pela CONTRATANTE;
- 2.1.14 limpar todos os móveis e utensílios, bem como todas as portas, janelas e soleiras;
- 2.1.15 limpar e desinfetar todos os banheiros, inclusive pias, proceder a lavagem de vasos sanitários, com saneante domissanitário desinfetante;
- 2.1.16 regar as plantas dos jardins externos, bem como vasos e jardineiras existentes nas áreas internas;
- 2.1.17 limpar as copas do primeiro e do terceiro andar, limpando o chão, lavando a louça, garrafas térmicas e tudo quanto mais seja necessário para a sua total organização e higiene;
- 2.1.18 limpeza de carpetes (com aspirador de pó), bancos, bancadas e demais mobiliários existentes no Plenário nos dias em que ocorrerem as sessões da Câmara de Vereadores;
- 2.1.19 executar demais serviços considerados necessários à frequência diária, ainda que não descritas acima e conforme orientações do servidor responsável pelo controle dos serviços.

FREQUÊNCIA: SEMANALMENTE, UMA VEZ, QUANDO NÃO EXPLICITADO:

- 2.1.20 limpar totalmente as copas do primeiro e do terceiro andar, parte interna e externa de armários, geladeira e etc. e, inclusive, lavar as paredes;
- 2.1.21 limpar prateleiras e estantes;
- 2.1.22 lavar bebedouros;



- 2.1.23 lavar corredores, escadas, corrimões e grades;
- 2.1.24 remover e limpar atrás dos móveis, armários e arquivos;
- 2.1.25 limpar, com produtos adequados, divisórias e portas;
- 2.1.26 limpar, com produto neutro, portas, barras e batentes pintados óleo ou verniz sintético;
- 2.1.27 lustrar todo o mobiliário envernizado com produto adequado e passar a flanela nos móveis encerados;
- 2.1.28 limpar, com produto apropriado, as forrações de couro ou plástico em assentos e poltronas;
- 2.1.29 limpar e polir todos os metais, como: válvulas, registros, sifões, fechaduras etc.;
- 2.1.30 lavar os pisos cerâmicos com detergente;
- 2.1.31 passar pano com álcool nos telefones;
- 2.1.32 limpar os espelhos com pano umedecido em álcool, no mínimo duas vezes por semana;
- 2.1.33 retirar o pó e resíduos, com pano úmido, dos quadros em geral;
- 2.1.34 lavar a parte interna das janelas com vidraças, caixilhos, portas de vidros e vidros em geral, impermeáveis, granilites, mármore e etc.;
- 2.1.35 remover teias de aranha e outros que eventualmente se formem nas paredes, janelas, forrações e etc.;
- 2.1.36 limpeza de carpetes, bancos, bancadas e demais mobiliários existentes no Plenário nas semanas em que não ocorrerem as sessões da Câmara de Vereadores;
- 2.1.37 executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

FREQUÊNCIA: MENSALMENTE, UMA VEZ:

- 2.1.38 limpar as paredes internas, as portas, as maçanetas e persianas;
- 2.1.39 limpar todas as luminárias por dentro e por fora;
- 2.1.40 limpar forros, paredes e rodapés;
- 2.1.41 remover manchas de paredes;
- 2.1.42 limpar, engraxar e lubrificar portas, grades, basculantes, caixilhos e janelas;
- 2.1.43 lavar a parte externa das janelas com vidraças, caixilhos, portas de vidros e vidros em geral, impermeáveis, granilites, mármore e etc.;
- 2.1.44 proceder a uma revisão minuciosa de todos os serviços prestados durante o mês.

2.2 ÁREAS EXTERNAS

FREQUÊNCIA: DIARIAMENTE, UMA VEZ QUANDO NÃO EXPLICITADO:

- 2.2.1 remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza;
- 2.2.2 varrer e passar pano úmido nos pisos;
- 2.2.3 varrer as áreas pavimentadas;
- 2.2.4 retirar lixo e detritos das áreas verdes;
- 2.2.5 executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.

FREQUÊNCIA: SEMANALMENTE, UMA VEZ:

- 2.2.6 limpar e polir todos os metais (torneiras, válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc.);
- 2.2.7 lavar os pisos com detergente;
- 2.2.8 remover teias de aranha e outras sujidades que eventualmente se formem nas paredes, janelas, forrações etc.
- 2.2.9 executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

FREQUÊNCIA: MENSALMENTE, UMA VEZ:

- 2.2.10 lavar as áreas cobertas destinadas à garagem/estacionamento;
- 2.2.11 lavar, com lavadora de pressão e produtos específicos, os acessos das garagens;
- 2.2.12 lavar a parte externa das janelas com vidraças, caixilhos, portas de vidros e vidros em geral, impermeáveis, granilites, mármore e etc.

2.3 DOS INSUMOS E MATERIAIS UTILIZADOS PARA OS SERVIÇOS DE LIMPEZA

- 2.3.1 Todos os insumos e materiais utilizados para os serviços de limpeza, conservação e higienização constituem encargo da CONTRATADA e deverão ser de boa qualidade e atenderem aos fins propostos. Caso os mesmos não surtam efeito, fica a critério da CONTRATANTE solicitar a substituição dos insumos para melhor eficiência, não incorrendo em custos adicionais.



- 2.3.2 Ficam a cargo da CONTRATADA os materiais de higiene destinados ao abastecimento dos banheiros, com as seguintes especificações mínimas:
- 2.3.2.1 papel higiênico – branco – neutro – folhas duplas picotadas – gofrado – qualidade extra;
 - 2.3.2.2 papel toalha – luxo – 2 dobras – 23 x 27 cm – na cor branca;
 - 2.3.2.3 sabonete líquido neutro;
 - 2.3.2.4 desodorizadores sanitários, do tipo gel adesivo em discos com aplicador;
 - 2.3.2.5 álcool gel;
 - 2.3.2.6 sabonete líquido ou em espuma;
 - 2.3.2.7 protetor de assento sanitário na cor branca;
 - 2.3.2.8 desodorizadores de ambiente em spray.
- 2.3.3 A CONTRATADA deverá disponibilizar além dos materiais e produtos necessários à perfeita realização dos serviços também os seguintes itens:
- 2.3.3.1 placa de sinalização para piso molhado;
 - 2.3.3.2 carrinho funcional para limpeza;
 - 2.3.3.3 equipamentos necessários para lavagem de pressão das garagens e pisos externos de forma a evitar o acúmulo de sujidades, limo, etc.;
 - 2.3.3.4 detergente líquido de louças; desinfetante; esponjas de limpeza; panos de limpeza; flanelas; álcool; limpa vidros; limpador desincrustante; limpador desengordurante etc.;
 - 2.3.3.5 todos os demais equipamentos e materiais (vassouras, baldes, escovas, aspirador de pó etc.) que forem necessários à perfeita execução dos serviços.

Observações:

1. Os profissionais deverão executar os demais serviços considerados necessários para a manutenção do prédio, ainda que não descritos acima e conforme orientações do servidor designado pela CONTRATANTE para controle dos serviços.
2. Todos os custos deverão estar inclusos no valor global de sua proposta, e os insumos deverão ser entregues nas quantidades necessárias à perfeita execução dos serviços de limpeza e conservação, de forma a não prejudicar a normal realização dos serviços.
3. O não fornecimento dos insumos e materiais em quantidades adequadas e suficientes sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas no Edital e no Contrato.



Estado de Santa Catarina
Câmara de Vereadores de Joaçaba/SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO n.º 005/2024.
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO n.º 002/2024.

ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

OBJETO: CONTRATAÇÃO de serviços continuados de limpeza, conservação e higienização, no período vespertino, de segunda à sexta, com a disponibilização de pessoal (duas profissionais com carga horária de 6 horas diárias cada), e com fornecimento de materiais e equipamentos de limpeza.

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

Email:

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)

A empresa acima descrita, DECLARA que:

1. No preço cotado já deverão estar incluídos os custos de eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, encargos sociais, taxas, seguros, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, diárias, hospedagem, alimentação, fretes e quaisquer outros que incidam sobre a contratação ou decorrentes da mesma.
2. Que o prazo de validade da presente proposta é de 60 (sessenta) dias.
3. Que o prazo de execução do objeto licitado será de acordo com o estabelecido no Edital desta licitação, a contar do recebimento da Ordem de Serviço.

_____, ____ de _____ de 2024.

Nome, CPF, cargo e assinatura do representante legal

OBSERVAÇÕES:

1. A proposta deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa.



Estado de Santa Catarina

Câmara de Vereadores de Joaçaba/SC

**PROCESSO DE LICITAÇÃO n.º 005/2024.
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO n.º 002/2024.**

**ANEXO III
MODELO DE CADASTRO DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO**

OBJETO: CONTRATAÇÃO de serviços continuados de limpeza, conservação e higienização, no período vespertino, de segunda à sexta, com a disponibilização de pessoal (duas profissionais com carga horária de 6 horas diárias cada), e com fornecimento de materiais e equipamentos de limpeza.

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Joaçaba – SC.

EMPRESA:

CNPJ:

DADOS DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO:

Nome Completo:

CPF:

Cargo:

Endereço completo (rua, n.º, complemento, bairro, município, CEP e UF):

Telefones/DDD:

Email:

Assinatura digital: () SIM () NÃO

_____, ____ de _____ de 2024.

Nome, CPF, cargo e assinatura do representante legal

OBSERVAÇÕES:

1. A declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa.
2. Caso o responsável pela assinatura do contrato não seja o proprietário, deverá encaminhar a procuração registrada válida que confira esses poderes.



PROCESSO DE LICITAÇÃO n.º 005/2024.
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO n.º 002/2024.

ANEXO IV
MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO N.º _____/2024

A **CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA**, na qualidade de **CONTRATANTE**, com sede na Rua Tiradentes, n.º 872, Centro, inscrita no CNPJ n.º 78.491.230/0001-98, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. VILMAR ZÍLIO e a empresa _____, na qualidade de **CONTRATADA**, inscrita no CNPJ sob o n.º _____ estabelecida _____, Bairro _____, no Município de _____/_____, neste ato representada pelo(a) Sr(a). _____, inscrito(a) no CPF sob o n.º _____.xxx.xxx-_____, celebram entre si o presente **TERMO DE CONTRATO**, em consonância com as regras gerais da Lei Federal n.º 14.133/2021, Lei Federal Complementar n.º 123/2006, Decreto Federal n.º 10.024/2019 e demais normas aplicáveis, bem como de acordo com o Processo de Licitação n.º 005/2024, instaurado através do Edital de Pregão Eletrônico n.º 002/2024, homologado no dia xx/xx/2024, o qual é parte integrante do presente instrumento, ficando justas e acordadas as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

- 1.1 O presente Contrato por objeto a prestação, pela CONTRATADA, de serviços continuados de limpeza, conservação e higienização, no período vespertino, de segunda à sexta, com a disponibilização de pessoal (duas profissionais com carga horária de 6 horas diárias cada), e com fornecimento de materiais e equipamentos de limpeza.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE EXECUÇÃO:

- 2.1 A CONTRATADA deverá executar os serviços obedecendo rigorosamente as especificações constantes neste Contrato, no Edital de origem do processo licitatório e seus anexos.
- 2.2 Para o início dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar carta de apresentação do responsável pela execução dos serviços, o qual responderá também perante a CONTRATANTE por todos os atos e comunicações formais, contendo 02 (dois) números de telefone e 01 (um) e-mail para contato.
- 2.3 A CONTRATADA deverá indicar um supervisor ou administrador mantido em uma base de apoio localizada no Município de Joaçaba - SC, que deverá organizar e distribuir os profissionais nos postos de trabalho, atendendo o que for requerido pela CONTRATANTE e responder pela CONTRATADA junto a fiscalização da CONTRATANTE, devendo ser apresentado em até 15 (quinze) dias úteis do ato da assinatura do Contrato o endereço e os dados de contato do supervisor.
- 2.4 Na execução dos serviços deverão ser observadas, de modo geral, as especificações das normas técnicas e legais vigentes e aquelas complementares e pertinentes aos serviços ora licitados, bem como as instruções, recomendações e determinações da fiscalização dos órgãos de controle e demais aplicáveis à espécie.
- 2.5 Para o início dos serviços e sempre que solicitado, a CONTRATADA deverá apresentar para o fiscal do Contrato os seguintes documentos:
- 2.5.1 Exame de saúde física dos funcionários que serão designados para executar os serviços;
- 2.5.2 Comprovante de recolhimento de contribuição sindical do exercício atual (GRCS);
- 2.5.3 Cópia da convenção coletiva de trabalho da categoria, registrada no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) fornecida pelo sindicato laboral e/ou patronal, que comprova os benefícios e concessões estabelecidas pelas partes.
- 2.6 A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados, especialmente a legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, de segurança e medicina do trabalho.
- 2.7 Os salários designados para a execução dos serviços deverão, no mínimo, expressar o piso salarial e os benefícios da respectiva categoria, firmado em convenção coletiva.
- 2.8 Os serviços deverão ser exercidos por empregados legalmente registrados pela CONTRATADA, a qual deverá garantir a adequada e plena execução de todas as atividades de forma permanente, conforme as necessidades da CONTRATANTE.



- 2.9 Os empregados devem ser educados, apresentar-se corretamente vestidos (uniformizados e com crachá de identificação), equipados com todos os EPIs necessários, ter iniciativa, atender com presteza as solicitações e ser responsáveis para com as atividades que executam.
- 2.10 Os uniformes deverão ser determinados pela CONTRATADA, sendo que não serão aceitas as seguintes peças de vestuário: sandálias, chinelos, bermudas, bonés e chapéus, salvo se fizerem parte do uniforme definido para todos os prestadores de serviços que exerçam a mesma função.
- 2.11 A CONTRATANTE solicitará que seja afastado imediatamente do posto de serviço o profissional que não se portar convenientemente ou que não atender a execução dos serviços.
- 2.12 O controle de frequência dos profissionais deverá ser definido pela CONTRATADA, sendo de sua responsabilidade o seu acompanhamento.
- 2.13 Os funcionários da CONTRATADA não poderão exercer outro tipo de atividade remunerada, de forma autônoma, terceirizada ou de qualquer outra natureza no mesmo local de trabalho do objeto deste Contrato.
- 2.14 A CONTRATADA será responsabilizada por todo e qualquer dano que, por dolo ou culpa, os seus profissionais causarem à CONTRATANTE ou a terceiros, sendo descontado no primeiro pagamento subsequente à ocorrência, o valor correspondente ao dano ou prejuízo causado.
- 2.15 A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados, especialmente a legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, de segurança e medicina do trabalho.
- 2.16 A CONTRATADA deverá possuir Atestados de Saúde Ocupacional individuais, devendo apresentá-los sempre que solicitado.
- 2.17 O responsável pela execução dos serviços pela CONTRATADA deverá realizar visitas aos postos de trabalho.
- 2.18 A CONTRATADA deverá apresentar relatório mensal, juntamente com a nota fiscal, ao responsável pela fiscalização do Contrato.
- 2.19 A CONTRATADA poderá fazer controle de frequência de acordo com a legislação, porém não exclui as responsabilidades da CONTRATADA.
- 2.20 A jornada de trabalho poderá ser estendida sempre que a necessidade do serviço o exigir.
- 2.21 A CONTRATADA ficará responsável por substituir os funcionários sempre que estes venham faltar ou pegar férias e afins, sem prejuízo para a CONTRATANTE. Caso a empresa não o faça, serão descontados no pagamento do próximo mês os valores correspondentes às faltas, bem como o funcionário ficará responsável por negociar diretamente com o supervisor qualquer falta, atraso ou situação pertinente ao seu horário de trabalho.
- 2.22 A CONTRATADA deverá providenciar treinamentos aos funcionários sempre que necessário para que os mesmos executem suas tarefas de forma satisfatória.
- 2.23 A CONTRATADA poderá agendar visita aos locais do objeto, estando cientes de todas as condições de trabalho.
- 2.24 Por ocasião do recebimento do serviço, a CONTRATANTE, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder às validações das funcionalidades especificadas neste Contrato e de rejeitá-las, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se a CONTRATADA a promover a devida regularização, observando-se os prazos contratuais.
- 2.25 O aceite do serviço não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos serviços, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Contrato e no Edital, verificadas posteriormente.
- 2.26 Caso os serviços sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.
- 2.27 A capacidade técnica da CONTRATADA será verificada nos termos do artigo 67, da Lei nº 14.133/2021.
- 2.28 Mensalmente, para o fechamento da nota Fiscal, a CONTRATADA deverá enviar: relatório do ponto, documentos dos colaboradores que prestam serviços nos postos e documentos também dos colaboradores que fizeram substituição quando necessário.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA:

- 3.1 O presente Contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, contados da assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado, conforme dispuserem as normas legais e a critério da CONTRATANTE.
- 3.2 Todos os prazos são em dias corridos e em sua contagem excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento.



CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1 A CONTRATANTE compromete-se a pagar à CONTRATADA os valores abaixo especificados:

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	12	Mês	Serviços continuados de limpeza, conservação e higienização, no período vespertino, de segunda à sexta, com a disponibilização de pessoal (duas profissionais com carga horária de 6 horas diárias cada), e com fornecimento de materiais e equipamentos de limpeza.		

4.1.1 No preço já deverão estar incluídos os custos de eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, encargos sociais, taxas, seguros, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, diárias, hospedagem, alimentação, fretes e quaisquer outros que incidam sobre a contratação ou decorrentes da mesma.

4.2 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da entrega do objeto, importando os valores conforme a proposta apresentada, por item e quantidade efetivamente executada, pelo Departamento de Contabilidade e Finanças da CONTRATANTE.

4.2.1 O pagamento só poderá ser efetuado após a apresentação de Nota Fiscal/Fatura atestada por servidor designado.

4.2.2 O pagamento será efetuado por meio de transferência bancária, cujos dados (banco, agência, n.º da conta), deverão ser informados pela CONTRATADA na Nota Fiscal.

4.2.3 Caso não seja mencionado na Nota Fiscal os dados bancários da empresa, o pagamento será por meio de boleto bancário.

4.2.4 O pagamento somente poderá ser efetuado após comprovação do recolhimento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última competência vencida, compatível com o efetivo declarado, na forma do § 4º, do art. 31, da Lei n.º 9.032/1995.

4.3 A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOAÇABA, CNPJ n.º 78.491.230/0001-98, com sede na Rua Tiradentes, n.º 872, Centro, Joaçaba – SC.

4.3.1 A Nota Fiscal deverá ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

4.3.2 A CONTRATADA deverá mencionar na nota fiscal os dados bancários da empresa, uma vez que o pagamento será efetuado através de crédito bancário, bem como o número do empenho e do processo licitatório.

4.3.3 A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando a CONTRATANTE do ressarcimento de qualquer prejuízo para a CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE E REALINHAMENTO DE PREÇOS:

5.1 Após o interregno de 01 (um) ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação do Índice de Preços do Consumidor – INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

5.2 A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto na alínea “d”, do inciso II, do Art. 124 da Lei Federal n.º 14.133/2021, será obtida mediante a solicitação formal da CONTRATADA à CONTRATANTE, através de protocolo acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que eventuais alterações deferidas serão aplicadas a partir do primeiro dia útil do mês posterior ao pedido.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

6.1 Os recursos necessários ao atendimento dos custos desta contratação correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:



ÓRGÃO: 01.001 – CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

2.001 – MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO

01.001.01.031.0001.2001.3.3.90.00.00 / 1.500.0000.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos

6.2 Caso ocorra a prorrogação contratual prevista em Lei, a CONTRATANTE consignará nos próximos exercícios em seu orçamento os recursos necessários ao atendimento dos pagamentos previstos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

- 7.1** A CONTRATANTE, através do Sr. JEAN CARLOS DA SILVA, acompanhará e fiscalizará a execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 7.2** A fiscalização de que trata o subitem acima não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 119 e 120 da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 7.3** O representante da CONTRATANTE anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 7.4** A Gestão deste Contrato será realizada pelo Sr. VILMAR ZÍLIO.
- 7.5** O Fiscal e Gestor deste Contrato contarão com o apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto na Lei Federal n.º 14.133/2021, sempre que entender necessário.
- 7.5.1** O apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno restringir-se-á às questões formais em que pairar dúvida fundamentada do Fiscal ou Gestor deste Contrato.
- 7.6** O objeto licitado será recebido definitivamente, após prazo de observação ou vistoria, que não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.
- 7.7** Constatada alguma irregularidade no serviço executado, a CONTRATANTE poderá rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

8.1 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 8.1.1** Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 8.1.2** Efetuar a execução do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.
- 8.1.3** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/1990).
- 8.1.4** Responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes do fornecimento do objeto.
- 8.1.5** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.
- 8.1.6** Executar os serviços buscando o fiel cumprimento das cláusulas contratuais e do Edital correspondente.
- 8.1.7** Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 8.1.8** Indicar preposto com poderes para representá-la formal, administrativa e operacionalmente durante a execução do Contrato.
- 8.1.10.1** O preposto da CONTRATADA deverá fornecer telefone, endereço e e-mail para o fiscal do Contrato.
- 8.1.9** Implantar programa de integridade, no prazo de 06 (seis) meses, em caso de licitação de grande vulto, nos termos do Art. 25, §4º da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 8.1.10** Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento resultantes da execução dos serviços.
- 8.1.11** Facilitar todas as atividades de fiscalização durante toda execução do Contrato.
- 8.1.12** Manter todos os empregados colocados a serviço na execução do objeto devidamente uniformizados



e munidos dos EPI's adequados, com a identificação da CONTRATADA.

- 8.1.13** Obedecer ao objeto e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.
- 8.1.14** Exigir da CONTRATADA a Solicitação e a respectiva Nota de Empenho de Despesa para a efetiva execução dos serviços.
- 8.1.15** Prover toda a mão de obra necessária para garantir a operação dos serviços, nos regimes contratados, obedecendo as disposições da legislação trabalhista vigente.
- 8.1.16** Efetuar a reposição da mão de obra, em caráter imediato, em eventual ausência ou impedimento.
- 8.1.17** Responsabilizar-se pela alimentação e transporte dos funcionários que executarão os serviços.
- 8.1.18** Cumprir as Normas Internas de Segurança e Medicina do Trabalho.
- 8.1.19** Fazer com que os profissionais contratados se apresentem com pontualidade para executar os serviços.
- 8.1.20** Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que prestarão os serviços, encaminhando funcionários com boa conduta e demais referências positivas, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho.
- 8.1.21** Manter disciplina nos locais dos serviços, retirando no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após notificado pela CONTRATANTE, qualquer empregado cujos serviços sejam considerados insatisfatórios ou cuja conduta seja julgada inconveniente.
- 8.1.22** Implantar de forma adequada a execução permanente dos serviços com o objetivo de obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem todas as dependências objeto dos serviços.
- 8.1.23** Nomear encarregados responsáveis, com a missão de garantir o bom andamento dos serviços, fiscalizando e ministrando a orientação necessária aos executantes dos mesmos. Estes encarregados terão a obrigação de reportarem-se, quando houver necessidade, ao responsável pelo acompanhamento dos serviços da CONTRATANTE e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas.
- 8.1.24** Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela CONTRATANTE.
- 8.1.25** Assumir todas as responsabilidades e tomar medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados.
- 8.1.26** Registrar e controlar, juntamente com servidor designado pela CONTRATANTE, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas.
- 8.1.27** Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do Contrato, conforme exigências legais.
- 8.1.28** Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, em especial, despesas de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como, emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, incluída a alimentação, transporte ou outro benefício dos profissionais, pertinentes à execução do objeto do presente Contrato.
- 8.1.29** Responsabilizar-se pelo treinamento e capacitação dos profissionais necessários à perfeita execução dos serviços, sem quaisquer ônus adicionais à CONTRATANTE, devendo ser disponibilizados profissionais habilitados e com experiência.
- 8.1.30** Providenciar a imediata substituição de qualquer profissional, sempre que houver afastamento do serviço.
- 8.1.31** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Contrato.
- 8.1.32** Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos causados à CONTRATANTE, devidamente caracterizada a imperícia ou culpa de seus profissionais, cujos valores serão descontados da fatura seguinte da CONTRATADA, sem prejuízo das demais sanções e procedimentos.
- 8.1.33** Responsabilizar-se por quaisquer atos ou ações praticadas por seus empregados, prepostos ou contratados que resultarem em qualquer espécie de dano ou prejuízo para a CONTRATANTE ou para terceiros.
- 8.1.34** Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificados durante a execução do Contrato.
- 8.1.35** Dar ciência por escrito ao fiscal do Contrato sobre qualquer anormalidade verificada na execução do serviço.

8.2 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 8.2.1** Receber os serviços no prazo e condições estabelecidas neste Contrato, no Edital e seus anexos.



- 8.2.2** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos com as especificações constantes no Edital e na proposta para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- 8.2.3** Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- 8.2.4** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor especialmente designado.
- 8.2.5** Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente a execução dos serviços, no prazo e forma estabelecidos neste Contrato.
- 8.2.6** A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto licitado, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 8.2.7** Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as exigências deste Contrato, do Edital e seus Anexos.
- 8.2.8** Observar para que durante a execução do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 8.2.9** Emitir a Solicitação e a respectiva Nota de Empenho de Despesa à CONTRATADA, para que a mesma proceda a execução dos serviços.
- 8.2.10** Fiscalizar o controle de frequência dos profissionais da CONTRATADA que prestam serviços.
- 8.2.11** Assegurar de que os profissionais utilizados para a prestação de serviços estejam regularmente contratados pela CONTRATADA, examinando o registro na carteira de trabalho.

CLÁUSULA NONA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021, o Contratado que:

19.11.1 der causa à inexecução parcial do Contrato;

19.11.2 der causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à Administração Pública, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

19.11.3 der causa à inexecução total do Contrato;

19.11.4 ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

19.11.5 prestar declaração falsa ou apresentar documentação falsa durante a execução do Contrato;

19.11.6 praticar ato fraudulento na execução do Contrato;

19.11.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

19.11.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013.

9.2 Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.2.1 Advertência: quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei n.º 14.133/2021).

9.2.2 Multa:

9.2.2.1 Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura do Contrato, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do Contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do Contrato por dia de mora na assinatura deste ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do Contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato no caso de inexecução parcial do Contrato;

c) 30% (trinta por cento) do valor do Contrato no caso de inexecução total do Contrato.

9.2.2.2 Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

a) houver atraso injustificado no início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pela CONTRATADA da ordem de serviços.

b) todos os serviços executados não forem aceitos pela CONTRATANTE por não atenderem às especificações contratuais e/ou editalícias, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

9.2.2.3 O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA:

a) se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da comunicação oficial.

b) esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à



CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

- 9.2.3** Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 9.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021).
- 9.2.4** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 9.1, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021).
- 9.3** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei n.º 14.133/2021).
- 9.4** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei n.º 14.133/2021).
- 9.4.1** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei n.º 14.133/2021).
- 9.4.2** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei n.º 14.133/2021).
- 9.4.3** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 9.5** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei n.º 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 9.6** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei n.º 14.133/2021):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para a CONTRATANTE;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.7** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n.º 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n.º 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 9.8** A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei n.º 14.133/2021).
- 9.9** A CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei n.º 14.133/2021).
- 9.10** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei n.º 14.133/2021.
- 9.11** Os débitos da CONTRATADO para com a CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo Contrato ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 10.1** O Contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139



da mesma Lei.

- 10.2** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato.
- 10.3** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 10.4** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:
- a) balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - b) relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - c) indenizações e multas.
- 10.5** A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133/2021).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1** A CONTRATANTE se compromete a publicar o extrato do presente Contrato, nos termos da legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS E CONDIÇÕES GERAIS

- 12.1.** Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei n.º 14.133/2021, cujas normas ficam incorporadas integralmente neste instrumento, ainda que delas não se faça menção expressa, e ainda, os preceitos gerais do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
- 12.2.** A declaração de nulidade deste Contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.
- 12.2.1.** Fazem parte deste Contrato, independentemente de transcrição, a proposta da CONTRATADA e o Edital e seus anexos, cujo teor é de conhecimento das partes contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

- 13.1** Fica eleito o foro da comarca de Joaçaba, SC para dirimir questões oriundas deste Contrato, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem as partes justas e contratadas, lavra-se o presente Contrato, assinado de forma eletrônica, de acordo com a Lei Federal n.º 14.063, de 23 de setembro de 2020 e com a Resolução n.º 008, de 27 de dezembro de 2021 da Câmara de Vereadores de Joaçaba, para que produzam os devidos efeitos.

Local e data.

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA - SC
VILMAR ZÍLIO

CONTRATADA

Assinantes

Veracidade do documento

Documento assinado digitalmente.
Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse
o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

GQ0**35X****66X****EYZ**